



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 191/2013

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Solução de Videoconferência, incluindo aquisição de equipamentos, serviços de instalação, treinamento, suporte, assistência técnica durante o período de garantia e entrega em qualquer município de Estado de Minas Gerais, conforme especificado no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

RECIBO

A Empresa _____
CNPJ nº. _____, retirou Edital de Pregão nº.
_____/_____ e deseja ser informada de qualquer
alteração pelo e-mail: _____.
_____, aos ____/____/____

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À DLM – SEPLAG

PELO E-MAIL: licitacoes@planejamento.mg.gov.br

PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO. A SEPLAG NÃO RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.



Sumário

1	PREÂMBULO	3
2	OBJETO	4
3	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.....	4
4	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
5	DO CADASTRAMENTO.....	6
6	DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	8
7	DA HABILITAÇÃO	10
8	DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO	17
9	DOS RECURSOS	22
10	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	23
11	DA CONTRATAÇÃO	23
12	DO REGISTRO DE PREÇOS	25
13	DO PAGAMENTO	28
14	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	29
15	DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES	31
16	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	31
17	DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	32
18	DO REAJUSTE.....	33
19	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	33
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO.....	36
	ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.....	61
	ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES	67
	ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	69
	ANEXO V – TERMO DE ADESÃO	81
	ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO.....	83



PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 191/2013

1 PREÂMBULO

O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador de Registro de Preços realizará a licitação na modalidade pregão eletrônico, em sessão pública, através do site www.compras.mg.gov.br, para registro de preços do tipo menor preço, referente à aquisição de Solução de Videoconferência, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Este pregão será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e pelos Decretos Estaduais nº 46.311, de setembro de 2013, nº. 44.786, de 19 de abril de 2008, nº. 45902, de 27 de janeiro de 2012, nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, pela resolução Conjunta SEPLAG / SEF nº 8.727, de 21 de setembro de 2012, pela Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores, pela Resolução SEPLAG nº 009, de 16 de fevereiro de 2009, pela resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898, de 14 de julho de 2013.

1.1 O pregão será realizado pelo Pregoeiro Gustavo Henrique C Santos, e Equipe de Apoio, constituída pelos seguintes servidores: Cláudia Ferreira Perez; Carla Eliane Fernandes; Maria das Graças de Souza, designados através da Resolução n.º 63 de 15 de Julho de 2013.

1.1.1 A abertura da sessão de pregão terá início no **dia 14 de Novembro de 2013 às 10:00 horas.**

1.1.2 Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário



de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

2 OBJETO

Solução de Videoconferência, incluindo aquisição de equipamentos, serviços de instalação, treinamento, suporte, assistência técnica durante o período de garantia e entrega em qualquer município de Estado de Minas Gerais, a ser contratado por órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais, tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como órgão gestor, conforme condições, descrições e especificações constantes deste Edital e seus anexos.

3 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1 Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do Edital.
- 3.2 Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail licitacoes@planejamento.mg.gov.br.
 - 3.2.1 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).
 - 3.2.2 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações de retirada do Edital.
- 3.3 Qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do mesmo, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



- 3.3.1 O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto ao protocolo da Cidade Administrativa, Av. prefeito Américo Gianetti, nº4001, Serra Verde, Prédio Gerais, 2º andar, Belo Horizonte/MG, no horário de 08h00min (oito) às 17h00min (dezessete) horas, observado o prazo previsto no subitem 3.3. deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.
- 3.3.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.
- 3.3.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.4 Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>.
- 3.4.1 As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 3.5 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.
- 4.2 Não poderão participar da presente licitação as empresas que:
- 4.2.1 Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.



- 4.2.2 Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.
- 4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.
- 4.2.4 Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Estado de Minas Gerais.
- 4.2.5 Estejam constituídas sob a forma de consórcio.
- 4.2.6 Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.
- 4.3 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 4.4 Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.
- 4.5 O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 4.6 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e de todos os dispositivos legais que o fundamentam, independente de transcrição.

5 DO CADASTRAMENTO

- 5.1 Para acesso ao sistema eletrônico, o fornecedor deverá cadastrar-se no site **www.compras.mg.gov.br**, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.
 - 5.1.1 Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.
- 5.2 O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante



qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que utilizada indevidamente por terceiros.

5.2.1 O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.3 Informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no site **www.compras.mg.gov.br** ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7999 (para outras localidades e celular).

5.4 O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 44.630/2007, Resolução Conjunta SEPLAG/SEDE/JUCEMG nº. 6419/2007 e pela Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, deverá comprovar a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, no momento do seu credenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, conforme item 5.1, com a apresentação de:

5.4.1 Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

5.4.2 Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

5.4.3 Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item 5.4.2 deste artigo,



nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá ser apresentada, perante o CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância.

6 DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site www.compras.mg.gov.br até a data e horário marcados para abertura da sessão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras - MG de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.

6.1.1 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá declarar, no campo próprio do Portal de Compras - MG, que atende às demais exigências da habilitação.

6.2 Todas as condições estabelecidas serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.

6.3 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.3.1 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.4 As propostas deverão apresentar preço unitário e global, pelo lote, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofertem apenas um preço.

6.4.1 O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, pelo lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

6.5 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e



quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

6.6 Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

6.7 Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o art. 6º, Parte I, do Anexo I, do Decreto nº. 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores.

6.7.1 Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, os preços sem a dedução relativa à isenção do ICMS.

6.7.2 A classificação das propostas, a etapa de lances e o julgamento serão realizados a partir dos preços sem a dedução do ICMS, inclusive para os fornecedores mineiros.

6.8 O licitante declarado vencedor deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial adequada aos valores finais ofertados durante a sessão do pregão.

6.8.1 O licitante mineiro, declarado vencedor, deverá informar na proposta comercial os preços com o ICMS e os preços resultantes de sua dedução.

6.8.2 As propostas deverão ser formuladas e respeitadas com base no percentual de desconto linear, a ser aplicado sobre o volume de venda a ser faturado.

6.8.3 O disposto no subitem anterior não se aplica as empresas mineiras enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optantes pelo regime do Simples Nacional, que deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS.

6.8.4 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte mineiras, de que trata o subitem anterior deverão anexar em suas propostas



comerciais a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7 DA HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital.

7.1 REGULARIDADE JURÍDICA:

7.1.1 Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo II deste Edital e do contrato da Autorização de Fornecimento.

7.1.1.1 Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

7.1.2 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

7.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

7.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- 7.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.2.3 Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal da sede do licitante e à Fazenda Estadual de MG;
 - 7.2.3.1 Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site www.fazenda.mg.gov.br.
- 7.2.4 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 7.2.5 Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social – INSS.
- 7.2.6 A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.
- 7.2.7 Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 7.2.8 A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.
 - 7.2.8.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora do certame, para a devida e necessária regularização.



7.2.8.2 O prazo previsto no item 7.2.8.1 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

7.2.8.3 A não regularização da documentação, no prazo deste item implicará a decadência do direito à contratação.

7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1 Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93;

7.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) inteiro.

7.3.3 Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.3.4 O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário onde os mesmos se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos



respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.

7.3.5 A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais que (≥ 1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

7.3.6 Comprovação, através de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial ou cartório competente, de possuir até a data de apresentação das propostas, patrimônio líquido equivalente a 5% (cinco por cento) do preço total da proposta apresentada, admitida a sua atualização para essa data, através de índices oficiais. A licitante deverá apresentar memória de cálculo devidamente assinada por contador, que deverá indicar o nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade e o índice aplicado para a atualização.

7.3.7 No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do Último Exercício;

7.3.8 A pequena empresa deverá apresentar, conjuntamente com a Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício, a ficha de inscrição estadual na qual constante a opção



pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: [HTTP://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/).

7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Os atestados deverão conter:

7.4.1.1 A razão social e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone);

7.4.1.2 Comprovação de capacidade de fornecimento de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos equipamentos listados no Anexo 1 deste Edital;

7.4.1.3 Afirmação de que o responsável pela veracidade das informações está ciente de que o atestado será utilizado em uma licitação pública;

7.4.1.4 Local e data de emissão;

7.4.1.5 Nome, cargo, telefone, *e-mail* e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

7.4.1.6 Período de fornecimento/prestação de serviço;

7.4.2 Comprovação de aptidão ou documento similar de Empresa emitida pelo fabricante do produto a ser licenciado, comprovando ser a licitante empresa autorizada para fornecimento dos equipamentos de videoconferência, conforme **Lote 01** deste Edital de Registro de Preços.

7.4.3 Para atendimento do quantitativo indicado no item 7.4.1.2, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.



7.5 DECLARAÇÕES:

7.5.1 Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

7.5.2 Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

7.5.3 Declaração de habilitação do licitante, declarando que possui toda a infraestrutura necessária ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, inclusive quanto à mão-de-obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

7.6 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

7.6.1 O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral – Cadastramento (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que o documento do CRC esteja com a validade em vigor. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

7.6.1.1 Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.



7.6.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo pregoeiro ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação.

7.6.2.1 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.6.2.2 A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

7.6.2.3 Em se tratando de empresa estrangeira, a mesma deverá apresentar documentos equivalentes do seu país de origem, devidamente acompanhados da sua tradução para o idioma português, a qual prevalecerá para qualquer interpretação ou divergência. Na impossibilidade da apresentação de um, ou mais de um dos documentos equivalentes, a empresa estrangeira apresentará justificativa escrita dessa circunstância.

7.6.3 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

7.6.4 Em se tratando de licitante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.



8 DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1 No horário indicado no Preâmbulo deste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico com a análise das propostas comerciais.

8.1.1 As propostas comerciais serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2 DOS LANCES:

8.2.1 O pregoeiro divulgará através do Portal de Compras - MG, o resultado da análise de propostas e convidará os licitantes a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2.2 Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes bem como todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

8.2.3 Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

8.2.4 Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances.

8.2.5 Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial apresentada, para efeito da classificação final.

8.2.6 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro,



quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2.6.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

8.2.7 O pregoeiro divulgará o início do tempo randômico, cuja duração será de 05 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.2.8 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3 DO JULGAMENTO

8.3.1 O critério de julgamento será o de **menor preço global por lote.**

8.3.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.3.2.1 Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.3.3 Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

8.3.4 Aceita a oferta de menor preço o sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta que deverá comprovar de imediato sua habilitação mediante encaminhamento de cópia da documentação discriminada no item de habilitação e da proposta comercial



atualizada com os valores obtidos no pregão, através de fax ou e-mail informados pelo pregoeiro.

8.3.4.1 Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

8.3.4.2 Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

8.3.4.3 Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

8.3.4.3.1 Planilha de custos elaborada pelo licitante;

8.3.4.3.2 Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;

8.3.4.4 Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

8.3.5 Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.3.6 Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

8.3.6.1 O pregoeiro convocará a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja,



cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

8.3.6.2 Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.3.6.3 Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte obedecerá ao procedimento previsto no item 8.3.4.

8.3.6.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.

8.3.6.3.2 A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

8.3.6.3.3 Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte regularizar sua documentação fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.



- 8.3.6.4 Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 8.3.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.3.6.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 8.3.6.6 Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.
- 8.3.6.7 O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.
- 8.3.7 Após a aplicação do critério de desempate, se houver o pregoeiro poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;
- 8.3.8 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial no prazo máximo de 02 (dois) dias, para o seguinte endereço: Setor de Licitações, no endereço Avenida Prefeito Américo Gianetti, nº 4001, Prédio Gerais, 2º andar – Serra Verde – Belo Horizonte – CEP: 31630-901.
- 8.3.9 Verificada a regularidade da documentação o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor.



8.3.9.1 Caso o licitante declarado vencedor seja empresa mineira, serão utilizados os valores com dedução do ICMS para a adjudicação e homologação do certame, exceto quando optante pelo simples nacional.

8.3.10 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

9 DOS RECURSOS

9.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante terá o prazo de até 10 (dez) minutos para manifestar motivadamente, por meio eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

9.3 A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4001. – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte / MG, no horário de 08h00min (oito horas) às 17h00min (dezessete horas), observados os prazos previstos no item 9.1.

9.3.1 As razões de recurso e as contrarrazões também deverão ser anexadas eletronicamente em local indicado no Portal de Compras – MG.

9.4 Os recursos e contrarrazões de recursos devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:

9.4.1 Motivadamente, reconsiderar a decisão;



9.4.2 Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme art. 8º do Decreto nº 44.786/2008.

9.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.

9.6 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.

9.7 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.

9.9 O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e afixado no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou e-mail.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

10.2 Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11 DA CONTRATAÇÃO

11.1 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta do Anexo IV.



- 11.1.1 O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 11.1.2 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 11.1.3 Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 18, §2º do Decreto nº. 44.786/2008.
- 11.2 A estimativa de preços realizada para balizar o pregoeiro e a comissão de licitação balizará as contratações decorrentes da ARP, sendo dispensada a realização de nova estimativa no momento da contratação.
- 11.3 O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.
- 11.4 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 11.5 Cada órgão participante celebrará, de acordo com seu interesse, seu próprio contrato.
- 11.6 Os serviços contratados deverão ser executados com estrita observância das especificações constantes das condições deste Edital, seus anexos e de sua proposta.
- 11.7 O prazo de vigência dos contratos será de 12 meses a contar da data de sua publicação resumida do instrumento de contrato.



- 11.8 A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade da Ata de Registro de Preços.
- 11.9 A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.10 A rescisão do contrato provocada pela inadimplência da CONTRATADA acarretará aplicação das sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

12 DO REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1 Homologado o resultado da licitação, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas na Ata, nos termos do Decreto Nº. 46.311, de 17 de setembro de 2013.
- 12.1.1 As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.
- 12.1.2 A Ata de Registro de Preços será assinada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e pela licitante cujos preços forem registrados.
- 12.2 A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.



12.3 A Ata de Registro de Preços não obriga a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e as outras instituições participantes a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1 O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão ou qualquer das outras instituições participantes, optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

12.4 Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços.

12.5 A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.

12.5.1 Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, apurado trimestralmente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado a época do registro – equação econômico-financeira.

12.5.2 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

12.6 Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão negociará com o fornecedor sua redução.



- 12.6.1 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- 12.7 Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado e a negociação frustrar, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar comprovantes ao requerimento, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes entre outros, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.
- 12.8 Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 12.6.1 e 12.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.
- 12.9 Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 12.6.1 e 12.7, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 12.10 Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.
- 12.11 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será contado a partir da publicação e não poderá ser superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do §3º do art. 15 da Lei nº. 8.666, de 1993 e do art. 14 do Decreto Estadual nº 46.311/2013.
- 12.12 Da Ata constarão, também, as obrigações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, dos órgãos participantes e do Fornecedor.
- 12.13 Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da Ata.
- 12.14 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento dos órgãos participantes deste registro de preços para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.



12.15 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993, conforme previsão do §10, do art. 13 do Decreto Estadual nº 46.311/2013. Os acréscimos dos quantitativos poderão ser realizados apenas nos contratos, que obedecem ao disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

13 DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

13.1.1 Como comprovante de despesa será aceito o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) ou as primeiras vias da Nota Fiscal/ Fatura, conforme o caso.

13.1.2 O pagamento da Nota Fiscal/ Fatura fica vinculado a previa conferência da mesma pelo gestor.

13.1.3 As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

13.2 O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante o CAGEF, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

13.2.1 Na hipótese de irregularidade no CAGEF, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação perante o cadastro. O prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

13.3 A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária dos órgãos e entidades participantes do Registro de



Preços, dos orçamentos em vigor durante o período de execução do contrato.

- 13.4 Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303-7999 (para outras localidades e celular).

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 A recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

14.1.1 Advertência por escrito;

14.1.2 Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

14.1.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

14.1.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

14.1.2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega;

14.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.



- 14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 38, IV do Decreto Estadual nº 45.902/2012;
- 14.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
 - 14.2.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - 14.2.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
 - 14.2.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
 - 14.2.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - 14.2.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - 14.2.6 Prestação de serviço de baixa qualidade.
- 14.3 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.3 e 14.1.4.
- 14.4 A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.
- 14.5 As sanções relacionadas nos itens 14.1.3 e 14.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
 - 14.5.1 Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - 14.5.2 Apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 14.5.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 14.5.4 Não manter a proposta;
 - 14.5.5 Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;



- 14.5.6 Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.5.7 Cometer fraude fiscal.
- 14.6 A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.
- 14.7 As sanções relacionadas nos itens 14.1.3 e 14.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

15 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – AGE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS – DER
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG – HEMOMINAS
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA– TV MINAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS – IDENE
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PMMG
SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MINAS GERAIS – SECCRI
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS – SEPLAG
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de dotação orçamentária própria de cada CONTRATANTE, numa classificação orçamentária de “serviços de informática” ou congênere neste exercício



financeiro, e nos exercícios subseqüentes à conta da dotação correspondente.

17 DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 17.1 Os serviços licitados deverão ser executados de acordo com as especificações deste Edital e de seus Anexos, sendo que o prazo para início da execução dos serviços será contado a partir da publicação resumida do contrato pelo CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 110 e seu parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, em sua atual redação.
- 17.2 Será admitida a subcontratação de profissional autônomo, empresário individual civil ou comercial, ou sociedade simples ou empresária devidamente certificados pelo FABRICANTE, para a realização das instalações, treinamentos e assistência técnica desde que a CONTRATADA se responsabilize integralmente pelos serviços prestados e todos os profissionais possuam vínculo empregatício em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ou outras modalidades de contratações juridicamente válidas com a CONTRATADA e empresas subcontratadas, conforme artigo 72 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666, de 1993, em sua atual redação, desde que atenda o item 7.1.6 do Anexo I deste Edital.
- 17.3 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no artigo 73, da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93.
- 17.3.1 Caso as condições de recebimento não sejam atendidas, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o equipamento rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.
- 17.3.2 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 17.4 Na hipótese de ocorrência do previsto no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, em sua atual redação, o



fornecedor adjudicatário deverá, primeiramente, observar os prazos de execução dos serviços que foram propostos enquanto for apreciado o pedido de reequilíbrio econômico financeiro remanejamento de preços, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste Edital.

18 DO REAJUSTE

18.1 Os preços são irreajustáveis no prazo inferior a 12 (doze) meses.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

19.2 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.3 É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

19.4 O objeto do contrato ou instrumento equivalente decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

19.5 O pregoeiro no julgamento das propostas e da habilitação poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6 A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



- 19.7 Caberá a empresa credenciada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 19.8 Este Edital encontra-se disponível gratuitamente no site www.compras.mg.gov.br ou poderá ser obtido no Setor de Licitações da SEPLAG, Rodovia Prefeito Américo René Gianetti, nº 4001, Prédio Gerais, 2º andar – Serra Verde – Belo Horizonte – CEP: 31630-901, mediante pagamento de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, para cobrir os custos com sua reprodução, e será fornecido mediante a apresentação do comprovante de pagamento do documento de arrecadação estadual, devidamente autenticado por banco credenciado pelo Estado de Minas Gerais para receber tal pagamento.
- 19.9 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário de 09:00 às 11:30 ou de 14:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, somente pelo envio de e-mail ao endereço: licitacoes@planejamento.mg.gov.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 19.10 Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer Licitante poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, no horário de 08h às 12h e de 14h às 18h.
- 19.11 Após a apresentação de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 19.12 O contrato poderá ser alterado nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 19.13 São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital, possuindo 98 páginas:
- 19.13.1 Capa: página 1;
- 19.13.2 Índice do Edital: página 2;



- 19.13.3 Edital de Licitação: páginas 3 a 35;
- 19.13.4 Anexo I – Termo de Referência: páginas 36 a 60;
- 19.13.5 Anexo II – Proposta Comercial: páginas 61 a 66;
- 19.13.6 Anexo III – Modelos de Declarações: página 67 e 68;
- 19.13.7 Anexo IV - Minuta da Ata de registros de Preços: página 69 a 80;
- 19.13.8 Anexo V - Termo de Adesão: 81 e 82;
- 19.13.9 Anexo VI – Minuta de Contrato: páginas 83 a 97;

Belo Horizonte, 18 de Outubro de 2013.

Rodrigo Diniz Lara

Diretor da Superintendência Central de Governança Eletrônica



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

1. OBJETO:

Registro de preços para aquisição de Solução de Videoconferência, incluindo aquisição de equipamentos, serviços de instalação, treinamento, suporte, assistência técnica durante o período de garantia e entrega em qualquer município de Estado de Minas Gerais, a ser contratado por órgãos e entidades do Governo Estadual.

1.1. DA COMPOSIÇÃO DOS LOTES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

A composição dos lotes do objeto e seus quantitativos estimados se encontram distribuídos em 03 (três) lotes conforme especificados nas tabelas abaixo – Lista dos equipamentos pretendidos com determinação do Código do Material, quantidade demandada e Especificação do item.

Lote1: Aquisição de equipamento para Solução de Videoconferência.

LOTE/GRUPO 1: SOLUÇÃO DE VÍDEO CONFERÊNCIA.			
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
1	1298410	52	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para terminal telefônico IP multimídia.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Terminal telefônico IP multimídia composto por:<ul style="list-style-type: none">• Teclado numérico padrão;• Monofone;• Alto-falante e microfone para função viva-voz;• Câmera de alta resolução com controle de foco, manual ou automático;• Display colorido;• Conector para fone externo;• Os videofones IP devem suportar alimentação local através de fonte de alimentação e/ou utilizar alimentação sobre Ethernet Standard 802.3af;• Soluções proprietárias para alimentação PoE não serão aceitas;• Deverá acompanhar fonte 110/220V com comutação automática;• O display colorido deverá ser de LCD com no mínimo 7" e resolução mínima de 320 x 240 pixels, luz de fundo e múltiplas páginas de facilidades;• Deverá suportar exibição de menus, anúncios, alertas e outras mensagens do telefone no mínimo nos idiomas Português (do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<p>Brasil) e Inglês;</p> <ul style="list-style-type: none">• Deve suportar os padrões de vídeo: H.264 em resolução mínima CIF;• Operar a 30 quadros por segundo a partir de 256Kbps ou com menor largura de banda, utilizando H.264;• Deve suportar os padrões de áudio G.711, G.722, G.729A/G.729AB, e ser compatível com as MCUs já instaladas (conforme Seção 2);• Deve possibilitar conversação nos modos viva-voz, monofone e fone de ouvido:<ul style="list-style-type: none">• Para o modo viva-voz deve possuir mecanismos de cancelamento de eco, redução de ruído e controle automático de ganho;• Deverá prover no mínimo as seguintes funções de telefonia:<ul style="list-style-type: none">• Conferência entre três partes;• Estacionamento de chamadas;• Transferência de chamadas;• Função não pertube;• Deve permitir através do display, a visualização em tempo real dos parâmetros: perda de pacotes, atraso de pacotes, variação do atraso entre pacotes e qualidade de áudio através do display;• Deve suportar os protocolos TFTP, HTTP/HTTPS para provisionamento remoto;• Deve suportar sincronismo de relógio através da rede através dos protocolos NTP;• Deve suportar protocolo SIP;• Deverá permitir o registro de pelo menos 3 linhas junto a um servidor SIP;• Suportar criptografia de mídia no padrão SRTP para chamadas em SIP;• Deve suportar no mínimo 802.1Q;• Deve suportar Diffserv ou TOS;• Deve possuir switch interno com 2 interfaces Ethernet 10/100 baseT autosensing e controle de fluxo padrão 802.3;
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
2	1298399	236	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Terminal de telepresença para uso pessoal.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cada terminal de telepresença pessoal deve ser composto por:<ul style="list-style-type: none">• Um Codec integrado com monitor, câmera, microfone e alto falante, do tipo “all-in-one”;• Deve ser novo e de primeiro uso, não podendo estar fora da linha comercial do fabricante, na data de entrega das propostas;• Deve atender rigorosamente aos requisitos técnicos mínimos especificados neste Anexo;• Terminal de telepresença pessoal em Alta Definição HD720p30:<ul style="list-style-type: none">• Este componente do terminal de videoconferência não poderá ser baseado em plataforma convencional de computador;• Deve iniciar e responder às chamadas de videoconferência através de uma rede IP;• Deve suportar comunicação H.323 e SIP com chamadas nas taxas mínima de 64 Kbps, sendo capaz de chegar até



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<p>4 Mbps.</p> <ul style="list-style-type: none">• Deve gerar, transmitir, receber e apresentar fluxos de vídeo de alta definição (HD), na resolução de 1280x720 (720p) a 30 quadros por segundo;• Deve operar também em definição convencional (SD), suportando os padrões SIF ou CIF, 4CIF ou 4SIF a 30 quadros por segundo, desde que essas resoluções sejam suportadas em H.264;• Deve suportar criptografia AES;• Deve suportar os padrões de áudio G.711, G.722, G.722.1, e ser compatível com as MCUs já instaladas (conforme Seção 2);• Deve possuir supressão automática de ruído, cancelamento de eco e controle automático de volume;• Deve suportar os padrões H.263 e H.264;• Deve suportar os protocolos HTTP, DNS, DHCP e NTP/SNTP;• Deve possuir suporte a DiffServ;• Deve suportar firewall traversal, através do padrão H.460.18 e H.460.19;• Deve suportar o padrão H.239 e BFCP para transmissão simultânea de dois fluxos de vídeo (pessoas e conteúdo);• Deve ajustar a banda utilizada pelo fluxo de conteúdo e pelo fluxo de vídeo, no caso de transmissão simultânea, de modo a priorizar a qualidade dos dois fluxos mais importantes num dado momento da conferência;• Cada terminal de telepresença pessoal deve possuir entrada de vídeo para conexão de PC ou notebook;• Deve possuir fonte que aceite tensões variando entre 100 a 240V;• Cada terminal de telepresença pessoal deve possuir, no mínimo, 1 (uma) entrada de áudio:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada de áudio para áudio de PC;• Cada terminal de telepresença pessoal deve possuir, no mínimo, 1 (uma) saída de áudio:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída de áudio para fone de cabeça (headset);• No mínimo 01 (uma) interface de rede Ethernet 10/100/1000baseT com suporte para IPv4 e IPv6;• Monitor integrado com câmera, microfone e alto falante:<ul style="list-style-type: none">• O monitor deverá ter área de exibição de no mínimo 23,5" e no máximo 27";• Deve oferecer suporte a resoluções VGA, SVGA, XGA e HD720p;• Deve permitir o uso como monitor principal ou secundário de PC;• Deverá possuir microfone embutidos para captação do áudio dos participantes;• Deve possuir interface de controle do sistema, possibilitando no mínimo o acesso às configurações da unidade e aos controles de chamada;• Funcionalidades do terminal de telepresença pessoal:<ul style="list-style-type: none">• Deve implementar a função "dual monitor emulation" de modo a permitir a apresentação e transmissão de dois fluxos de vídeo (pessoa e conteúdo) num mesmo monitor, com opções quanto à forma de divisão da tela;
--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir menu de configuração em português;• Deve ser gerenciável e configurável por meio de Web interface;• Deve suportar gerenciamento através de SNMP;• Deve permitir a visualização de estatísticas de desempenho da chamada;• Deve suportar a atualização remota de software via rede IP;• Deve possuir funções de diagnóstico;• Deve permitir a atualização futura para suporte a funcionalidade de multiponto interno ao sistema, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo, sem a adição de hardware adicional ou troca do equipamento;
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
3	1298526	48	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Terminal de telepresença para salas de conferência de porte pequeno.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cada terminal de telepresença para salas de conferência de porte pequeno deve ser composto por:<ul style="list-style-type: none">• Um codec de telepresença HD720p30• Uma câmera PTZ HD720p30• Um microfone de mesa• Todos os cabos e interfaces necessários para interconectar esses componentes• Deve ser novo e de primeiro uso, não podendo estar fora da linha comercial do fabricante, na data de entrega das propostas;• Deve atender rigorosamente aos requisitos técnicos mínimos especificados neste Anexo;• Codec de telepresença em Alta Definição HD720p30:<ul style="list-style-type: none">• Este componente do terminal de videoconferência não poderá ser baseado em plataforma convencional de computador;• Deve iniciar e responder às chamadas de videoconferência através de uma rede IP;• Deve suportar comunicação H.323 e SIP com chamadas nas taxas mínima de 64 Kbps, sendo capaz de chegar até 2 Mbps.• Deve gerar, transmitir, receber e apresentar fluxos de vídeo de alta definição (HD), na resolução de 1280x720 (720p) a 30 quadros por segundo;• Deve operar também em definição convencional (SD), suportando os padrões SIF, CIF, 4CIF ou 4SIF a 30 quadros por segundo. Desde que essas resoluções sejam suportadas em H.264;• Deve suportar criptografia AES;• Deve possuir o protocolo H.350/LDAP;• Deve suportar os padrões de áudio G.711, G.722, G.722.1 e um padrão de áudio de alta fidelidade a, no mínimo, 20kHz, todos compatíveis com as MCUs já instaladas (conforme Seção 2);• Deve possuir supressão automática de ruído, cancelamento de eco e controle automática de ganho;• Deve suportar os padrões H.263 e H.264;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">• Deve suportar os protocolos HTTP, DNS, DHCP e NTP/SNTP;• Deve possuir suporte a DiffServ;• Deve suportar controle de câmera remota;• Deve suportar firewall traversal, através do padrão H.460.18 e H.460.19;• Deve possuir fonte que aceite tensões variando entre 100 a 240V;• Deve suportar o padrão H.239 para H.323 e BFCP para SIP, para transmissão simultânea de dois fluxos de vídeo (pessoas e conteúdo), onde ambos poderão conter imagens em movimento, podendo ser visualizados em duas telas de projeção independentes;• Deve ajustar a banda utilizada pelo fluxo de conteúdo e pelo fluxo de vídeo, no caso de transmissão simultânea, de modo a priorizar a qualidade dos dois fluxos mais importantes num dado momento da conferência;• Todos os codecs devem permitir o controle de, no mínimo, 10 (dez) posicionamentos distintos para a câmera local e remota (presets);• Cada codec deve possuir, no mínimo, 2 (duas) entradas de vídeo nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada para câmera principal, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;▪ 01 (uma) entrada para conexão de PC ou notebook, padrão DVI-I ou HDMI, com resoluções mínimas de 800x600 (SVGA), 1024x768 (XGA), 1280x720 (HD720p);• Cada codec deve possuir, no mínimo, 1 (uma) saída de vídeo nativa ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída para monitor principal, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;• Cada codec deve possuir, no mínimo, 2 (duas) entradas de áudio nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada para o microfone fornecido;▪ 01 (uma) entrada de áudio para áudio de PC;• Cada codec deve possuir, no mínimo, 1 (uma) saída de áudio nativa ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída estéreo para o áudio principal;• No mínimo 01 (uma) interface de rede Ethernet 10/100/1000baseT com suporte para IPv4 e IPv6;• Câmera PTZ HD720p30:<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir ajuste de campo visual (horizontal e vertical) e de zoom motorizados, comandados por controle remoto;• Deve possuir ajuste de foco automático;• Movimentação Horizontal de +90/-90 graus.• Movimentação Vertical de +15/-20 graus.• Deve possuir zoom óptico de, no mínimo, 10x, controlado por controle remoto de IR ou RF;• Deve permitir a memorização de, no mínimo, 10 (dez) posicionamentos distintos para a câmera local;• A câmera deve ser separada do codec;
--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">• Microfone:<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir captura de, no mínimo, 360 graus;• Deve permitir a colocação distante do codec, entre 6 a 10 metros;• Deve suportar o modo silencioso (mute);• Funcionalidades do terminal de telepresença:<ul style="list-style-type: none">• Deve suportar a função PIP (picture-in-picture) para visualização simultânea das imagens local e remota;• Deve implementar a função “dual monitor emulation” de modo a permitir a apresentação e transmissão de dois fluxos de vídeo (pessoa e conteúdo) num mesmo monitor, com opções quanto à forma de divisão da tela;• Deve possuir menu de configuração em português;• Deve ser gerenciável e configurável por meio de Web interface;• Deve suportar gerenciamento através de SNMP;• Deve permitir a visualização de estatísticas de desempenho da chamada;• Deve suportar a atualização remota de software via rede IP;• Deve possuir funções de diagnóstico;
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
4	1298550	203	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Terminal de telepresença para salas de conferência de porte médio.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cada terminal de telepresença para salas de conferência de porte médio deve ser composto por:<ul style="list-style-type: none">○ Um codec de telepresença HD720p30;○ Uma câmera PTZ HD720p30;○ Um microfone de mesa;○ Todos os cabos e interfaces necessários para interconectar esses componentes;• Deve ser novo e de primeiro uso, não podendo estar fora da linha comercial do fabricante, na data de entrega das propostas;• Deve atender rigorosamente aos requisitos técnicos mínimos especificados neste Anexo;• Codec de telepresença em Alta Definição HD720p30:<ul style="list-style-type: none">○ Este componente do terminal de videoconferência não poderá ser baseado em plataforma convencional de computador;○ Deve iniciar e responder às chamadas de videoconferência através de uma rede IP;○ Deve suportar comunicação H.323 e SIP com chamadas nas taxas mínima de 64 Kbps, sendo capaz de chegar até 4 Mbps;○ Deve gerar, transmitir, receber e apresentar fluxos de vídeo de alta definição (HD), na resolução de 1280x720 (720p) a 30 quadros por segundo;○ Deve operar também em definição convencional (SD), suportando os padrões SIF, CIF, 4CIF ou 4SIF a 30 quadros por segundo. Desde que essas resoluções sejam suportadas em H.264;○ Deve suportar criptografia AES;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">○ Deve possuir o protocolo H.350/LDAP;• Deve suportar os padrões de áudio G.711, G.722, G.722.1 e um padrão de áudio de alta fidelidade a, no mínimo, 20kHz, todos compatíveis com as MCUs já instaladas (conforme Seção 2);○ Deve possuir supressão automática de ruído, cancelamento de eco e controle automático de ganho;○ Deve suportar os padrões H.261, H.263 e H.264;○ Deve suportar os protocolos HTTP, DNS, DHCP, NTP/SNTP;○ Deve possuir suporte a DiffServ;○ Deve suportar controle de câmera remota;○ Deve suportar firewall traversal, através do padrão H.460.18 e H.460.19;○ Deve possuir fonte que aceite tensões variando entre 100 a 240V;• Deve suportar o padrão H.239 e BFCP para transmissão simultânea de dois fluxos de vídeo (pessoas e conteúdo), onde ambos poderão conter imagens em movimento, podendo ser visualizados em duas telas de projeção independentes;○ Deve ajustar a banda utilizada pelo fluxo de conteúdo e pelo fluxo de vídeo, no caso de transmissão simultânea, de modo a priorizar a qualidade dos dois fluxos mais importantes em um dado momento da conferência;• Todos os codecs devem permitir o controle de, no mínimo, 10 (dez) posicionamentos distintos para a câmera local e remota (presets);○ Cada codec deve possuir, no mínimo, 3 (três) entradas de vídeo nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada para câmera principal, em formato digital, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;▪ 01 (uma) entrada para conexão de PC ou notebook, padrão DVI ou HDMI, com resoluções mínimas de 800x600 (SVGA), 1024x768 (XGA), 1280x720 (HD720p);▪ 01 (uma) entrada padrão S-Vídeo, Composto ou HDMI;○ Cada codec deve possuir, no mínimo, 2 (duas) saídas de vídeo nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída para monitor principal, em formato digital, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;▪ 01 (uma) saída para monitor secundário, em formato digital, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;○ Cada codec deve possuir, no mínimo, 3 (três) entradas de áudio nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada para o microfone fornecido;• O sistema deve permitir a
--	--	--	---



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<p>instalação de um microfone adicional;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada de áudio estéreo auxiliar;▪ 01 (uma) entrada de áudio para áudio de PC;○ Cada codec deve possuir, no mínimo, 1 (uma) saída de áudio nativa ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída para o áudio principal;○ No mínimo 01 (uma) interface de rede Ethernet 10/100/1000baseT com suporte para IPv4 e IPv6; <ul style="list-style-type: none">• Câmera PTZ HD720p30:<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir ajuste de campo visual (horizontal e vertical) e de zoom motorizados, comandados por controle remoto;• Deve possuir ajuste de foco automático;• Movimentação Horizontal de +90/-90 graus.• Movimentação Vertical de +15/-20 graus.• Deve possuir zoom óptico de, no mínimo, 10x, controlado por controle remoto de IR ou RF;• Deve permitir a memorização de, no mínimo, 10 (dez) posicionamentos distintos para a câmera local;• A câmera deve ser separada do codec;• Microfone:<ul style="list-style-type: none">○ Deve possuir captura de, no mínimo, 360 graus;○ Deve permitir a colocação distante do codec, entre 6 a 10 metros;○ Deve suportar o modo silencioso (mute) com ativação manual no microfone ou controle remoto;• Funcionalidades do terminal de telepresença:<ul style="list-style-type: none">○ Deve suportar a função PIP (picture-in-picture) para visualização simultânea das imagens local e remota;○ Deve implementar a função “dual monitor emulation” de modo a permitir a apresentação e transmissão de dois fluxos de vídeo (pessoa e conteúdo) num mesmo monitor, com opções quanto à forma de divisão da tela;○ Deve possuir menu de configuração em português;○ Deve ser gerenciável e configurável por meio de Web interface;○ Deve suportar gerenciamento através de SNMP;○ Deve permitir a visualização de estatísticas de desempenho da chamada;○ Deve suportar a atualização remota de software via rede IP;○ Deve possuir funções de diagnóstico;○ Deve permitir a atualização futura para funcionalidade de multiponto interno ao sistema, sem a adição de hardware adicional ou troca do equipamento;
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
5	1298429	20	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Terminal de telepresença para salas de conferência e auditórios.</p> <p>Características gerais:</p>



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

		<ul style="list-style-type: none">• Cada terminal de telepresença para salas de conferência e auditórios deve ser composto por:<ul style="list-style-type: none">• Um codec de telepresença HD720p30;• Uma câmera PTZ HD720p30;• Um microfone de mesa;• Todos os cabos e interfaces necessários para interconectar esses componentes;• Deve ser novo e de primeiro uso, não podendo estar fora da linha comercial do fabricante, na data de entrega das propostas;• Deve atender rigorosamente aos requisitos técnicos mínimos especificados neste Anexo;• Codec de telepresença em Alta Definição HD720p30:<ul style="list-style-type: none">• Este componente do terminal de videoconferência não poderá ser baseado em plataforma convencional de computador;• Deve iniciar e responder às chamadas de videoconferência através de uma rede IP;• Deve suportar comunicação H.323 e SIP com chamadas nas taxas mínima de 64 Kbps, sendo capaz de chegar até 6 Mbps;• Deve gerar, transmitir, receber e apresentar fluxos de vídeo de alta definição (HD), na resolução de 1280x720 (720p) a 30 quadros por segundo;• Deve operar também em definição convencional (SD), suportando os padrões SIF, CIF, 4CIF ou 4SIF a 30 quadros por segundo. Desde que essas resoluções sejam suportadas em H.264;• Deve suportar criptografia AES;• Deve possuir o protocolo H.350/LDAP;• Deve suportar os padrões de áudio G.711, G.722, G.722.1 e um padrão de áudio de alta fidelidade a, no mínimo, 20kHz, todos compatíveis com as MCUs já instaladas (conforme Seção 2);• Deve possuir supressão automática de ruído, cancelamento de eco e controle automático de ganho;• Deve suportar os padrões H.261, H.263 e H.264;• Deve suportar os protocolos HTTP, DNS, DHCP, NTP/SNTP;• Deve possuir suporte a DiffServ;• Deve suportar controle de câmera remota;• Deve suportar firewall traversal, através do padrão H.460.18 e H.460.19;• Deve possuir fonte que aceite tensões variando entre 100 a 240V;• Deve suportar o padrão H.239 e BFCP para transmissão simultânea de dois fluxos de vídeo (pessoas e conteúdo), onde ambos poderão conter imagens em movimento, podendo ser visualizados em duas telas de projeção independentes;• Deve ajustar a banda utilizada pelo fluxo de conteúdo e pelo fluxo de vídeo, no caso de transmissão simultânea, de modo a priorizar a qualidade dos dois fluxos mais importantes num dado momento da conferência;• Todos os codecs devem permitir o controle de, no mínimo, 10 (dez) posicionamentos distintos para a câmera local e remota (presets);
--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">• Cada codec deve possuir, no mínimo, 3 (três) entradas de vídeo nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada para câmera principal, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;▪ 01 (uma) entrada para câmera auxiliar, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo;▪ 01 (uma) entrada para conexão de PC ou notebook, padrão DVI ou HDMI, com resoluções mínimas de 800x600 (SVGA), 1024x768 (XGA), 1280x720 (HD720p);• Cada codec deve possuir, no mínimo, 2 (duas) saídas de vídeo nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída para monitor principal, em formato digital, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo▪ 01 (uma) saída para monitor secundário, em formato digital, com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo• Cada codec deve possuir, no mínimo, 3 (três) entradas de áudio nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) entrada para o microfone fornecido;<ul style="list-style-type: none">• O sistema deve permitir a instalação de um microfone adicional;▪ 01 (uma) entrada de áudio estéreo auxiliar;▪ 01 (uma) entrada de áudio para áudio de PC;• Cada codec deve possuir, no mínimo, 2 (duas) saídas de áudio nativas ao equipamento:<ul style="list-style-type: none">▪ 01 (uma) saída para o áudio principal;▪ 01 (uma) saída para o áudio auxiliar;• No mínimo 01 (uma) interface de rede Ethernet 10/100/1000baseT com suporte para IPv4 e IPv6;• Câmera PTZ HD720p30:<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir ajuste de campo visual (horizontal e vertical) e de zoom motorizados, comandados por controle remoto;• Deve possuir ajuste de foco automático;• Movimentação Horizontal de +90/-90 graus.• Movimentação Vertical de +15/-20 graus.• Deve possuir zoom óptico de, no mínimo, 10x, controlado por controle remoto de IR ou RF;• Deve permitir a memorização de, no mínimo, 10 (dez) posicionamentos distintos para a câmera local;• A câmera deve ser separada do codec;• Microfone:<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir captura de, no mínimo, 360 graus;• Deve permitir a colocação distante do codec, entre 6 a 10 metros;• Deve suportar o modo silencioso (mute) com ativação manual no microfone ou controle remoto;• Funcionalidades do terminal de telepresença:<ul style="list-style-type: none">• Deve suportar a função PIP (picture-in-picture) para visualização simultânea das imagens local e remota;
--	--	--	---



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">• Deve implementar a função “dual monitor emulation” de modo a permitir a apresentação e transmissão de dois fluxos de vídeo (pessoa e conteúdo) num mesmo monitor, com opções quanto à forma de divisão da tela;• Deve possuir menu de configuração em português;• Deve ser gerenciável e configurável por meio de Web interface;• Deve suportar gerenciamento através de SNMP;• Deve permitir a visualização de estatísticas de desempenho da chamada;• Deve suportar a atualização remota de software via rede IP;• Deve possuir funções de diagnóstico;• Deve permitir a atualização futura para funcionalidade de multiponto interno ao sistema com resolução mínima de 1280x720 (HD720p) em 30 quadros por segundo, sem a adição de hardware adicional ou troca do equipamento;
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
6	1358731	65	<p>Descrição Geral:</p> <ul style="list-style-type: none">• Especificação Técnica de Microfone. <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Deve possuir captura de, no mínimo, 360 graus;• Deve permitir a colocação distante do codec, de no mínimo, 6 metros;• Deve suportar o modo silencioso (mute);• Dever ser do mesmo fabricante do Codec de vídeo conferência;



Lote 2: Aquisição de Aparelhos de TV – Televisor.

LOTE/GRUPO 2: APARELHOS DE TV (Televisor).			
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
1	1210670	855	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Aparelho de TV (Televisor) com tela de 32 polegadas LED.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Televisor colorido, de 32'' (trinta e duas polegadas), em LED Widescreen, com controle remoto multifuncional;• Sintonizador digital SBTVD integrado para recepção digital;• Deve possuir entrada para áudio e vídeo,• Display Mínimo High Definition (HD),• Sistema de Cor PALM/PAL-N/NTSC,• Som Estéreo;• Taxa de atualização mínima: 120 Hz;• Deve possuir resolução mínima de 1366x768p;• Deve possuir, no mínimo, 2 (dois) alto-falantes integrados, com potencia mínima RMS -2x5 Watts;• Deve possuir, no mínimo, as seguintes conexões:<ul style="list-style-type: none">• 1 (uma) Entrada áudio e vídeo ('Entrada de Vídeo Composto);• 1 (uma) Entrada Vídeo Componente HD – Alta definição – No mínimo 720p;• 2 (duas) Entradas HDMI;• 1 (uma) Saída de áudio;• Alimentação: 100~240Vac 50-60Hz;• Cada equipamento deverá vir acompanhado de:<ul style="list-style-type: none">• Cabo de alimentação;• Manual do usuário em português;• Garantia do fabricante, por no mínimo 01 (um) ano.
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
2	1308173	446	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Aparelho de TV (Televisor) com tela de 42 polegadas LED.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Televisor colorido, de 42'' (quarenta e duas polegadas), em LED Widescreen, com controle remoto multifuncional;• Sintonizador digital SBTVD integrado para recepção digital;• Deve possuir entrada para áudio e vídeo,• Display Mínimo High Definition (HD),• Sistema de cor PALM/PAL-N/NTSC,• Som estéreo;• Taxa de atualização mínima: 120 Hz;• Deve possuir resolução mínima de 1366x768p;• Deve possuir, no mínimo, 2 (dois) alto-falantes integrados, com potencia mínima RMS -2x5 Watts;• Deve possuir, no mínimo, as seguintes conexões:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<ul style="list-style-type: none">• 1 (uma) Entrada áudio e vídeo (Entrada de Vídeo Composto);• 1 (uma) Entrada Vídeo Componente HD – Alta definição – No mínimo 720p;• 2 (duas) Entradas HDMI;• 1 (uma) Saída de áudio;• Alimentação: 100~240Vac 50-60Hz;• Cada equipamento deverá vir acompanhado de:<ul style="list-style-type: none">• Cabo de alimentação;• Manual do usuário em português;• Garantia do fabricante, por no mínimo 01 (um) ano.
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
3	1210726	1816	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Aparelho de TV (Televisor) com tela de, no mínimo, 52 polegadas LED.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Televisor colorido, de, no mínimo, 52” (cinquenta e duas polegadas), em LED Widescreen, com controle remoto multifuncional;• Sintonizador digital SBTVD integrado para recepção digital;• Deve possuir entrada para áudio e vídeo,• Display Mínimo High Definition (HD),• Sistema de cor PALM/PAL-N/NTSC,• Som estéreo;• Taxa de atualização mínima: 120 Hz;• Deve possuir resolução mínima de 1366x768p;• Deve possuir, no mínimo, 2 (dois) alto-falantes integrados, com potencia mínima RMS -2x5 Watts;• Deve possuir, no mínimo, as seguintes conexões:<ul style="list-style-type: none">• 1 (uma) Entrada áudio e vídeo (Entrada de Vídeo Composto);• 1 (uma) Entrada Vídeo Componente HD – Alta definição – No mínimo 720p;• 3 (três) Entradas HDMI;• 1 (uma) Saída de áudio;• Alimentação: 100~240Vac 50-60Hz;• Cada equipamento deverá vir acompanhado de:<ul style="list-style-type: none">• Cabo de alimentação;• Manual do usuário em português;• Garantia do fabricante, por no mínimo 01 (um) ano.



Lote 3: Aquisição de Racks, Suporte de TV – Tipo Parede e Suporte de TV – Tipo Pedestal.

LOTE/GRUPO 3: RACK, PEDESTAL E SUPORTE DE PAREDE PARA VÍDEO CONFERÊNCIA.			
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
1	1314300	167	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Rack com finalidade para equipamento de Videoconferência.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Indicado para suportar televisores de Plasma, LCD e LED de 32 a 60 polegadas;• Matéria-prima: MDF Revestido em Fórmica Texturizada ou Laminado;• Possuir rodízios, com travas em no mínimo 02 (dois) rodízios, que permitam movimentar, com segurança, o Televisor/Monitor para qualquer ambiente;• Possuir, no mínimo, 01 (uma) prateleira interna;• Medidas Mínimas: 90CM(ALT) x 75CM(LARG) x 50CM(PROF);• Possuir porta frontal com fechadura;• Possuir fechamento traseiro com orifícios e passagens internas que permitam a passagem de cabos e conexões entre os equipamentos;• Suportar 1 (um) televisor;• Possuir régua de energia;• Suporte a carga de, no mínimo, 90 Kg;• Garantia mínima de 01 (um) ano do fornecedor.
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
2	1357239	192	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Rack para Televisor e Terminal de Videoconferência.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Indicado para suportar televisores de Plasma, LCD e LED de 32 a 60 polegadas;• Matéria-prima: Aço;• Deve possuir coluna fixa e base para Terminal de Videoconferência;• Medidas mínimas: 90CM(ALT) X 75CM(LARG) X 50CM(PROF);• Possuir rodízios, com travas em no mínimo 02 (dois) rodízios, que permitam movimentar, com segurança, o Televisor/Monitor para qualquer ambiente;• Possuir porta frontal com fechadura;• Possuir fechamento traseiro com orifícios e passagens internas que permitam a passagem de cabos e conexões entre os



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

			<p>equipamentos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Suportar 1 (um) televisor;• Possuir régua de energia;• Suporte a carga de, no mínimo, 40 Kg;• Garantia mínima de 01 (um) ano do fornecedor.
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
3	1129260	2571	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Suporte para Televisão – Tipo: Parede.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Indicado para suportar televisores de Plasma, LCD e LED de 32 a 60 polegadas;• Matéria-prima: Aço Carbono;• Deve possuir bandeja para acomodação de equipamento de videoconferência;• Deve possuir suporte com regulagem (tamanho da TV variável até 60”) e com articulação que permita a movimentação da TV horizontalmente e verticalmente, com haste regulável;• Ângulo de visão: frontal;• Local de instalação: parede;• Deve ser compatível com o padrão de fixação VESA 100x100, 200x100, 200x200, 200x300, 300x200, 300x300, 400x200, 400x300, 400x400, 600x200 ou 600x400 mm (HxV);• Deve suportar, no mínimo, o peso de 60 Kg – Parafusos: Inclusos tanto para TV como parede;• Deve acompanhar manual de instalação, parafusos e buchas para paredes;• Garantia mínima de 01 (um) ano do fornecedor.
Item	Cód. Material	Quantidade	Especificação
4	1358740	161	<p>Descrição Geral: Especificação Técnica para Suporte para Televisão – Tipo: Pedestal.</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Indicado para suportar televisores de Plasma, LCD e LED de 32 a 60 polegadas;• Possuir rodízios, com travas em no mínimo 02 (dois) rodízios, que permitam movimentar, com segurança, o Televisor/Monitor para qualquer ambiente;• Possuir livre regulagem de altura de fixação de tela;• Possuir livre regulagem de altura de bandeja de apoio;• Deve possuir, pelo menos, 01 (uma) prateleira removível com capacidade de carga de, no mínimo, 5 Kg;



			<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir passagem interna para cabeamento de áudio, vídeo e energia;• Suportar 1 (um) televisor;• Suporte a carga de, no mínimo, 40 Kg;• Dimensões: altura (montado) no mínimo 1600 mm (altura medida do chão ao centro da base de monitor); largura de até 800 mm;• Garantia mínima de 01 (um) ano do fornecedor.
--	--	--	--

2 COMPATIBILIDADE EXIGIDA:

- 2.1 Todas as soluções ofertadas, que integram o LOTE 1, devem possuir aderência aos padrões de compatibilidade e interoperabilidade definidos pelo Telecommunication Standardization Sector e International Telecommunication Unit, de modo que não ocorra problema de incompatibilidade entre os equipamentos da solução integrada de Videoconferência.
- 2.2 Exige-se que todos os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com a infraestrutura já instalada, conforme descrição abaixo:

Quadro 1 (Compatibilidade Exigida) – Configuração de Compatibilidade Padrão PRODEMGE e SES

	Rede IP Multisserviços MCU Radvision Scopia 400 MCU Radvision Scopia 100	Secretaria de Estado de Saúde MCU Polycom MGC-50
Velocidade	Largura de banda de até 2Mbps.	Largura de banda de até 2Mbps.
Protocolos de sinalização	H.323 SIP H.3201 H.324M2	H.323 H.320
Codecs de áudio	G.711 G.722 G.722.1 G.723.1 G.7283 G.729AB3 MPEG4 AAC-LC Detecção de DTMF, H.245, RFC2833	G.711a G.711u G.722 G.722.1 G.723.1 G.728 Siren 7 Siren 14



Suporte de vídeo	Presença contínua H.264 720p 30fps H.263 H.261 Ao vivo – QCIF, CIF/SIF, 4CIF, 288p, 384p, 400p, 448p, 480p, 576p, 720p Apresentação – VGA, SVGA, XGA, 720p	H.264+ H.263 H.261 Ao vivo – QCIF e CIF Todos em 30fps
Apresentação	H.239 DuoVideo para compartilhamento de apresentação	-
Segurança	H.235 AES/DES	-

3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 3.1. A solução de videoconferência, definida neste termo de referência é um modo de comunicação interativo entre duas ou mais pessoas separadas fisicamente, que permite em tempo real a transmissão de vídeo, áudio e dados.
- 3.2. A aquisição proposta possibilitará a realização de reuniões com pessoas em diversos locais, permitindo uma maior agilidade na tomada de decisões estratégicas, acarretando economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, além de auxiliar na comunicação entre entidades relacionadas com o governo do Estado de Minas Gerais.
- 3.3. Os equipamentos que compõem cada sistema de videoconferência, Terminais e Software, poderão ser adquiridos por outras secretarias e instituições públicas, integrando assim um sistema videoconferência único dentro do Estado de Minas Gerais, desta forma os equipamentos que compõe esta licitação deverão ser completamente compatíveis.

4. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1. LOTE 1:

- 4.1.1. Os produtos/equipamentos deverão ser entregues e instalados em até 45 (quarenta e cinco dias) dias após a assinatura do contrato, tanto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto para os municípios localizados no Interior do Estado de Minas Gerais.



- 4.1.2. O prazo de instalação deve contemplar a instalação, treinamento e teste dos equipamentos adquiridos.
- 4.1.3. Caso seja uma requisição do Órgão e/ou Entidade da Administração Pública de Minas Gerais, contratante dos itens licitados neste Registro de Preço, será necessário reunião e aprovação de um cronograma de execução, roteiro, prazos e metodologia dos trabalhos a serem empregados na execução dos serviços adquiridos.
- 4.1.4. A execução será por conta da Contratada, na forma presencial nas localidades demandadas pelos Órgãos e/ou Entidades da Administração Pública estadual, cabendo aos contratantes à fiscalização e gestão do referido contrato.
- 4.2. **LOTE 2:**
- 4.2.1. Os produtos/equipamentos deverão ser entregues em até 45 (quarenta e cinco) dias das assinaturas dos contratos e testados no ato da entrega, tanto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto para os municípios localizados no Interior do Estado de Minas Gerais.
- 4.3. **LOTE 3:**
- 4.3.1. Os produtos/equipamentos deverão ser entregues em até 45 (quarenta e cinco) dias das assinaturas dos contratos e testados no ato da entrega, tanto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto para os municípios localizados no Interior do Estado de Minas Gerais.

5. Cláusula Quinta- DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 5.1. O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:
- 5.1.1. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I e seu adendo, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;
- 5.1.2. **Definitivamente**, após recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição



de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 dias.

- 5.2. Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.
- 5.3. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1. No ato de abertura de chamado por parte do contratante o fornecedor terá os seguintes prazos para atender a solicitação e solucionar o problema:
- 6.1.1. 4 (quatro) dias uteis nos municípios localizados no Interior de Minas Gerais.
- 6.1.2. 2 (dois) dias uteis para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- 6.2. O Licitante deverá disponibilizar contato telefônico 24 horas por dia, durante todos os dias uteis e e-mail para suporte técnico.
- 6.2.1. Para o suporte técnico em videoconferência o Licitante deverá disponibilizar número ISDN e endereço IP para teste e suporte técnico.
- 6.3. A instalação, configuração e testes de todos os equipamentos adquiridos devem ser supervisionados pelo responsável do Órgão ou Entidade Contratante.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Os atestados deverão conter:



- 7.1.1. A razão social e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone);
- 7.1.2. Comprovação de capacidade de fornecimento de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos equipamentos listados no Anexo 1 deste Edital;
- 7.1.3. Afirmação de que o responsável pela veracidade das informações está ciente de que o atestado será utilizado em uma licitação pública;
- 7.1.4. Local e data de emissão;
- 7.1.5. Nome, cargo, telefone, *e-mail* e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- 7.1.6. Período de fornecimento/prestação de serviço;
- 7.2. Comprovação de aptidão ou documento similar emitida pelo fabricante do produto a ser licenciado, comprovando ser a licitante empresa autorizada para fornecimento dos equipamentos de videoconferência, conforme **Lote 01** deste Edital de Registro de Preços.
- 7.3. Os serviços de configuração, atualização de software e reconfiguração dos equipamentos de videoconferência deverão ser realizados no local, por profissionais capacitados pelo licitante e/ou fabricante dos equipamentos.
- 7.4. A empresa vencedora deverá possuir funcionário com comprovação de aptidão ou documento similar para a execução das atividades.
- 7.5. No caso de necessidade de substituição dos funcionários envolvidos durante o projeto, os substitutos deverão possuir o mesmo nível de comprovação de aptidão ou documento similar para a execução das atividades.
- 7.6. Manter durante toda a vigência do contrato compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



7.7. Para atendimento do quantitativo indicado no item 7.1.2, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

8. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – AGE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS – DER
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG – HEMOMINAS
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA – TV MINAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS – IDENE
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PMMG
SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MINAS GERAIS – SECCRI
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS – SEPLAG
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES

8.1. DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

O órgão gestor poderá em conformidade com a legislação vigente possibilitar adesões por meio de carona a quaisquer interessados, sempre que isso não for implicar em prejuízos a Administração Pública.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecido a ordem de classificação.

8.1.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou



não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

8.1.2. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, a cem por cento (100%) do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.1.2.1. De acordo com a cláusula 8.1.2 será considerado o quantitativo de cem por cento (100%) para aquisições adicionais destinadas às eventuais adesões de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços, referente a cada item registrado na respectiva Ata, nos termos do § 3º do art. 19 do Decreto Estadual 46.311, de 16 de setembro de 2013.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

9.1. Para o Lote 1, 2 e 3 o fornecimento dos equipamentos de videoconferência, televisores e racks estarão sujeitos às condições gerais consignadas a seguir:

9.1.1. Os equipamentos de videoconferência deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento incluindo cabos, conectores, interfaces, parafusos, suportes, software de configuração, etc.

9.1.2. Os equipamentos de videoconferência, televisores e racks, pedestal e suporte de parede a serem fornecidos deverão ser novos, não denotando uso anterior ou recondicionamento, e entregues em suas embalagens originais lacradas.

9.1.3. Os equipamentos de videoconferência, televisores e racks, pedestal e suporte de parede a serem fornecidos não poderão estar fora da linha de produção do fabricante na data da entrega, fato que deverá ser



comprovado pelo FORNECEDOR, caso solicitado pela Superintendência Central de Governança Eletrônica – SCGE da SEPLAG/MG.

- 9.2. O prazo de garantia dos equipamentos videoconferência, televisores e racks, pedestal e suporte de parede contra defeitos de fabricação será contado da data de emissão do Termo Circunstanciado, conforme subitem 5.1.2 deste Anexo I.
- 9.3. Os prazos de garantia dos equipamentos videoconferência, televisores e racks, pedestal e suporte de parede são os indicados na especificação técnica de cada item de cada Lote, constantes dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 deste Anexo I;
- 9.3.1. Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, sem qualquer ônus adicional, o suporte de serviços compreenderá a prestação de manutenção técnica em garantia e de suporte técnico quanto ao uso de recursos dos equipamentos de videoconferência e quanto à solução de problemas;
- 9.4. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela SCGE/SEPLAG/MG.
- 9.5. Caso o FORNECEDOR não seja fabricante dos equipamentos de videoconferência fornecidos ou detentor dos direitos de comercialização de licenças de uso dos softwares integrados, deverá apresentar, quando da entrega dos equipamentos, contrato celebrado com o fabricante dos equipamentos ou detentor dos direitos de comercialização de licenças de uso dos softwares integrados ou declaração emitida por eles ratificando a garantia e os níveis de serviço exigidos neste Anexo I;
- 9.6. O transporte dos equipamentos de videoconferência até seu local de instalação é de total responsabilidade do FORNECEDOR;



9.7. Para o Lote 1, referente ao treinamento, o fornecimento dos equipamentos de videoconferência estará sujeito às condições específicas consignadas a seguir:

9.7.1. Compete ao FORNECEDOR elaborar cronograma de realização dos treinamentos, cabendo ao Órgão Contratante sua avaliação e aprovação.

9.7.2. O treinamento deverá ser efetuado para os técnicos designados pelos órgãos e entidades contratantes.

9.7.3. A elaboração e aprovação do cronograma, juntamente com a execução do treinamento não poderão ultrapassar os prazos de entrega e instalação dos equipamentos adquiridos.

10. CONDIÇÕES DE COMERCIAIS:

As entregas deverão ser feitas a partir da demanda pelo Órgão ou Entidade Contratante.

10.1 GARANTIA

10.1.1 A Garantia dos equipamentos de videoconferência deverá ser de 36 (trinta e seis) meses e Garantia de 3 (três) meses para os serviços, contados a partir da data de término das instalações.

10.1.2 A Garantia para os itens referente aos Lotes 2 e 3 deverá ser de 12 (doze) meses a partir da entrega e testes dos equipamentos adquiridos.

10.1.3 Em caso de o equipamento apresentar problemas ou defeitos técnicos de fabricação no prazo de 30 dias a partir da entrega, teste e entrega com instalação estes deverão ser repostos por produtos novos, salvo em caso de comprovação de mau uso.

10.1.4 O licitante deverá manter canal de comunicação - telefone ou e-mail - durante o prazo de garantia com o CONTRATANTE.

10.2 PAGAMENTO:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

30 (trinta) dias corridos após o recebimento e aceitação dos bens pelo Órgão ou Entidade Contratante.



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Governo do Estado de Minas de Minas Gerais

[NOME DA EMPRESA PROPONENTE], sociedade com sede [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ sob o nº . . / - , por meio de seu representante legal, firma a presente Proposta de Preços, que é baseada nas condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº 191/2013, os quais são aceitos pelo proponente, que se compromete a cumprir integralmente o objeto do Edital correspondente e do Contrato a ser firmado, de modo a entregar todos os produtos e serviços neles previstos.



PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO N.º/ANO: (preenchida em papel timbrado da proponente)
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA. PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE.
Razão Social
CNPJ
Inscrição Estadual (se for o caso)
Inscrição Municipal
Endereço
Telefone/Fax
E-mail
Nome do(s) representante(s) legal(is) da empresa
Estado civil do representante legal
Nacionalidade do representante legal
Identidade do representante legal
CPF do representante legal
Preço Global da Proposta (R\$): Preço Global da Proposta (por extenso):
Validade do Contrato: 12 (doze) meses, contados da data da publicação do contrato.
Pagamento conforme Edital. Indicar o nome do Banco – Agência e número de conta corrente do proponente onde deverá ser efetuado o pagamento.
Indicar o nome do Gerente de Projeto habilitado nesta licitação.
Solução Informatizada de Atendimento que será utilizada. Fabricante: Ferramenta: Versão:
Data e local.
Assinatura do Representante Legal da Empresa



PLANILHA DE PREÇOS (MODELO)

Para tanto, o proponente considera todos os componentes abaixo discriminados:

PLANILHA DE CUSTOS – LOTE 1					
PLANILHA DE CUSTOS E PREÇOS UNITÁRIOS PARA a aquisição pela SEPLAG, de equipamentos para Solução de Videoconferência					
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA					
CNPJ					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
1	Terminal Telefônico IP	Unidade	52		
2	Terminal de Telepresença para uso Pessoal	Unidade	236		
3	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte pequeno	Unidade	48		
4	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte médio	Unidade	203		
5	Terminal de Telepresença para salas de conferências e auditórios	Unidade	20		
6	Microfone	Unidade	65		
TOTAL GERAL					
Local e Data.					
[Nome do Representante da Empresa Emitente]					
Cargo / Telefone					
Identificação e assinatura.					



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANILHA DE CUSTOS – LOTE 2					
PLANILHA DE CUSTOS E PREÇOS UNITÁRIOS PARA a aquisição pela SEPLAG, de Aparelhos de TV – Televisor					
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA					
CNPJ					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
1	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 32 polegadas LED	Unidade	855		
2	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 42 polegadas LED	Unidade	446		
3	Aparelho de TV (Televisor) com tela de, no mínimo, 52 polegadas LED	Unidade	1816		
TOTAL GERAL					
Local e Data.					
[Nome do Representante da Empresa Emitente]					
Cargo / Telefone					
Identificação e assinatura.					



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANILHA DE CUSTOS – LOTE 3					
PLANILHA DE CUSTOS E PREÇOS UNITÁRIOS PARA a aquisição pela SEPLAG, de Racks, Suporte de TV – Tipo Parede e Suporte de TV – Tipo Pedestal.					
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA					
CNPJ					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
1	Rack com finalidade para equipamento de Videoconferência	Unidade	167		
2	Rack para Televisor e Terminal de Videoconferência	Unidade	192		
3	Suporte para TV - Parede	Unidade	2571		
4	Suporte para TV - Pedestal	Unidade	161		
TOTAL GERAL					
Local e Data. [Nome do Representante da Empresa Emitente] Cargo / Telefone Identificação e assinatura.					

OBSERVAÇÕES: Declarar expressamente que:

1) Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, lucro, e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, em especial para a prestação de serviços previstos no Objeto e no Anexo I. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais.

3) Será levada em conta a Resolução Conjunta nº. 3458, de 22 de julho de 2003, das Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento e Gestão, que regulamenta a isenção do ICMS para o caso de fornecedores situados no Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA:

DATA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL:

CARIMBO:



ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que recebeu todos os documentos, tomou conhecimento e aceitou todas as informações e condições legais para o cumprimento das obrigações do objeto, que atende plenamente às regras de negócios, às exigências técnicas e a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 191/2013, incluindo:

- 1 – Mão-de-obra especializada e equipamentos que atendam aos requisitos do edital;
- 2 – Estrutura compatível com os níveis de serviços exigidos no edital;
- 3 – Central de Serviços instalada e com Solução Informatizada de Atendimento que atenda aos requisitos do edital;
- 4 – Rede própria ou de autorizadas técnicas ou subcontratadas capaz de cobrir todo o território de Minas Gerais onde houver equipamento coberto pelos contratos.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. < inserir o número > / 2013

Aos < inserir o dia por extenso > dias do mês de < inserir o mês por extenso > de 2013, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 2º andar, Av. Prefeito Américo Gianetti, s/n, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.461.142/0001-70, representada neste ato pelo Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir o cargo público e o masp >, brasileiro, < inserir o estado civil >, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. < inserir o CPF >, portador do RG nº.. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o município e a UF >, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no edital do Pregão Eletrônico nº. , que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, publicado no Diário Oficial do dia < inserir o dia em algarismos > de < inserir o mês por extenso > de 2013 e transcurso o prazo para interposição de recursos, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, por lote, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do edital e as cláusulas deste instrumento.

Lote 01 - Aquisição de Equipamentos para solução de Videoconferência

Fornecedor: A empresa < inserir o nome do Fornecedor >, estabelecida à < inserir o endereço completo do Fornecedor >, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. < inserir o CNPJ do Fornecedor >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. < inserir o CPF >, portador(a) do RG nº. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o município e a UF >.



Lote 02 – Aquisição de Aparelhos de TV – Televisor

Fornecedor: A empresa < inserir o nome do Fornecedor >, estabelecida à < inserir o endereço completo do Fornecedor >, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. < inserir o CNPJ do Fornecedor >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. < inserir o CPF >, portador(a) do RG nº. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o município e a UF >.

Lote 03 – Aquisição de Racks, Suporte de TV – Tipo Parede e Suporte de TV – Tipo Pedestal

Fornecedor: A empresa < inserir o nome do Fornecedor >, estabelecida à < inserir o endereço completo do Fornecedor >, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. < inserir o CNPJ do Fornecedor >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. < inserir o CPF >, portador(a) do RG nº. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o município e a UF >.

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta Ata o Registro de Preço para aquisição de Solução de Videoconferência, para aquisição futura e eventual, conforme descrições, especificações técnicas e demais condições constantes do ANEXO I do edital de licitação que originou o registro, parte integrante e inseparável deste instrumento.

Cláusula Segunda – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 - Os quantitativos e os preços registrados ofertados por item do objeto encontram-se relacionados no quadro abaixo:



LOTE 1: Aquisição de equipamentos para solução de Videoconferência.

Descritivo		Preço com ICMS (R\$)	Preço sem ICMS (R\$)
1	Terminal Telefônico IP		
2	Terminal de Telepresença para uso Pessoal		
3	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte pequeno		
4	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte médio		
5	Terminal de Telepresença para salas de conferências e auditórios		
6	Microfone		

LOTE 2: Aquisição de Aparelhos de TV - Televisor.

Descritivo		Preço com ICMS (R\$)	Preço sem ICMS (R\$)
1	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 32 polegadas LED		
2	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 42 polegadas LED		
3	Aparelho de TV (Televisor) com tela de, no mínimo, 52 polegadas LED		

LOTE 3: Aquisição de Racks, Suporte de TV – Tipo Parede e Suporte de TV – Tipo Pedestal

Descritivo		Preço com ICMS (R\$)	Preço sem ICMS (R\$)
1	Rack com finalidade para equipamento de Videoconferência		
2	Rack para Televisor e Terminal de Videoconferência		
3	Suporte para TV - Parede		
4	Suporte para TV - Pedestal		

2.2 - Este instrumento não obriga os órgãos participantes a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.



Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da sua publicação.

Cláusula Quarta – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1 - Os órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços são os relacionados abaixo:

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – AGE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS – DER

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG – HEMOMINAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA – TV MINAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS – IDENE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PMMG

SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MINAS GERAIS – SECCRI

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS – SEPLAG

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES

4.2 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP, deverão consultar o órgão gerenciador, para que este se manifeste sobre a possibilidade de adesão (anuência do gestor) e verifique a existência de quantitativos disponíveis, indique os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

4.2.1 - Caberá ao FORNECEDOR da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos aqui registrados, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas nesta Ata.



4.2.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias.

4.2.3 - Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, a cem por cento (100%) do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Cláusula Quinta – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - Os órgãos participantes deste Registro de Preços não estão obrigados a adquirir uma quantidade mínima de equipamentos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

5.2 - Os quantitativos totais expressos na Cláusula Primeira são estimados e representam as previsões dos órgãos participantes para os fornecimentos durante o prazo de 12 (doze) meses.

5.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência na entrega, a Contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando ao Fornecedor a perda de interesse no fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5 - Durante todo o período de validade desta Ata, o fornecimento deverá atender às condições especificadas nesta Ata, nas cláusulas do Edital do Pregão Eletrônico nº. 191 e no Anexo I do referido Edital.

Cláusula Sexta – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 - O prazo de entrega, contado a partir do recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho ou da autorização de fornecimento, será de **45 (quarenta e cinco) dias para os Lotes 1, 2 e 3**, conforme especificado no Anexo I deste Edital de Registro de Preço, para quaisquer quantidades solicitadas por qualquer órgão participante.

6.2 - Todos os produtos especificados no Anexo I do Edital deverão ser entregues dentro dos limites territoriais do Estado de Minas Gerais em



horários preestabelecidos, nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

6.2.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I e seu adendo, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

6.2.2 - Definitivamente, após recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 dias.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG, a crédito do fornecedor em um dos bancos credenciados pelo Estado (Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú e Banco Mercantil do Brasil) e outros indicados por cada órgão participante, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais pelo setor financeiro dos Órgãos Participantes, devidamente atestadas pela comissão de recebimento ou acompanhadas do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2 - O pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

7.3 - O pagamento será realizado conforme as regras estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 191/2013.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

8.1.1 - Gerenciar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados, avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem



compatíveis com os praticados no mercado, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados;

8.1.2 - Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.1.3 - Notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

8.2 - Compete aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

8.2.1 - Emitir Nota de Empenho a crédito do FORNECEDOR no valor correspondente ao fornecimento dos equipamentos;

8.2.2 - Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da Cláusula Oitava da presente Ata;

8.2.3 - Informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as irregularidades ocorridas durante o fornecimento dos equipamentos.

8.3 - Compete ao FORNECEDOR:

8.3.1 - Fornecer durante 12 (doze) meses os equipamentos objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Eletrônico nº.191;

8.3.2 - Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

8.3.3 - Entregar os equipamentos com as respectivas licenças de uso nos prazos estipulados na Cláusula Sexta desta Ata, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento;

8.3.4 - Entregar os equipamentos nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES;

8.3.5 - Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;



8.3.6 - Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o ÓRGÃO PARTICIPANTE, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.3.7 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);

8.3.8 - Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.3.9 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

8.3.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

8.3.11 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.3.12 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.3.13 - Comunicar imediatamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

8.3.14 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.



8.3.15 - Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.

Cláusula Nona – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

9.1.1 - Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

9.1.1.1 - O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

9.1.1.2 - O Fornecedor não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.1.3 - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços decorrente do Registro de Preços;

9.1.1.4 - Os preços registrados apresentaram-se superiores aos praticados no mercado;

9.1.1.5 - o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos discriminados no Art. 78 e seus incisos da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.1.1.6 - Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.2 - Pelo FORNECEDOR:

9.1.2.1 - Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como de ressarcimento aos órgãos participantes por perdas e danos.

9.1.2.2 - Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.



9.2 - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Cláusula Décima – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.1.1 - Advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.1.2 - Multa, observados os seguintes limites:

10.1.2.1 - de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

10.1.2.2 - de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

10.1.2.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

10.1.3 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o



contratado ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

10.2 - O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.3 - As sanções previstas nas cláusulas 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas acumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do Art. 79 da Lei nº. 8.666/93, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

10.4.1 - Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, XI, da Lei Federal nº. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para aquisição do objeto.

10.5 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, aí incluído eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia depois de publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

11.2 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

11.3 - É vedado caucionar ou utilizar contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

11.4 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº. 191/2013 e seus anexos, bem como as propostas das empresas < inserir o nome do 1º Fornecedor > , < inserir o nome do 2º Fornecedor > e < inserir o nome do 3º Fornecedor > , apresentadas para a referida licitação.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013.

Autoridade Órgão Gestor

Fornecedor

Testemunhas:

Gestor do Registro de Preços



ANEXO V – TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão que entre si celebram o (a) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, na qualidade de Órgão Gestor e o(a) <<**órgão solicitante**>>, como Órgão Participante, para fins de participação no Registro de Preços de aquisição de Solução de Videoconferência. Por este termo de Adesão, o(a) <<**órgão solicitante**>>, inscrita no CNPJ sob o nº <<**nº CNPJ**>>, com sede na <<**endereço, cidade, estado e cep**>>, neste ato representado(a) pelo(a) <<**responsável no órgão solicitante**>>, concorda com os termos do Registro de Preços a ser promovido pelo(a) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 054.611.42/0001-70, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) VÂNIA BEATRIZ CARVALHO PASSOS para fins de Registro de Preços de aquisição de Solução de Videoconferência conforme previsto pelo art.7º, II, do Decreto Estadual 44.787 de 18 de abril de 2008, cuja descrição detalhada encontra-se na planilha anexa.

LOTE 1: Aquisição de equipamentos para solução de Videoconferência.

Nº do Item	Código	Descrição do Item	Quantidade
1	1298410	Terminal Telefônico IP	
2	1298399	Terminal de Telepresença para uso Pessoal	
3	1298526	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte pequeno	
4	1298550	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte médio	
5	1298429	Terminal de Telepresença para salas de conferências e auditórios	
6	1358731	Microfone	

LOTE 2: Aquisição de Aparelhos de TV - Televisor.

Nº do Item	Código	Descrição do Item	Quantidade
1	1210670	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 32 polegadas LED	
2	1308173	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 42 polegadas LED	
3	1210726	Aparelho de TV (Televisor) com tela de, no mínimo, 52 polegadas LED	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

LOTE 3: Aquisição de Racks, Suporte de TV – Tipo Parede e Suporte de TV – Tipo Pedestal.

Nº do Item	Código	Descrição do Item	Quantidade
1	1314300	Rack com finalidade para equipamento de Videoconferência	
2	1357239	Rack para Televisor e Terminal de Videoconferência	
3	1129260	Suporte para TV - Parede	
4	1358740	Suporte para TV - Pedestal	

Belo Horizonte, de de 2013

Representante do Órgão Gestor

Representante do Órgão Participante



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

Contrato Nº /20xx de
fornecimento que entre si celebram o
Estado de Minas Gerais, por
intermédio da Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão e a empresa

Contrato originário da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO
n.º / , para aquisição de Solução de Vídeo Conferência.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e, nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012 e nº. 37.924 de 16 de maio de 1996, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, com suas alterações posteriores e pela legislação aplicável.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

CONTRATANTE

Órgão ou Entidade:

Endereço:

CNPJ:

Representante Legal: <inserir nome, número do MASP e do CPF>

CONTRATADA

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Representante Legal: <inserir nome, número do documento de
identidade e do CPF>



Cláusula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a aquisição de Solução de Videoconferência, incluindo aquisição de equipamentos, serviços de instalação, treinamento, suporte, assistência técnica durante o período de garantia e entrega em qualquer município de Estado de Minas Gerais, conforme especificado no Anexo I e seu adendo do PREGÃO ELETRÔNICO nº. / que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira- DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de R\$ () no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) total unitário por item:

<Inserir o Lote Contratado>

LOTE 1:		Aquisição de equipamentos para solução de Videoconferência.		
Descrição		Quantidade (un.)	Preço com ICMS (R\$)	Preço sem ICMS (R\$)
1	Terminal Telefônico IP			
2	Terminal de Telepresença para uso Pessoal			
3	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte pequeno			
4	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte médio			
5	Terminal de Telepresença para salas de conferências e auditórios			
6	Microfone			

LOTE 2:		Aquisição de Aparelhos de TV - Televisor.		
Descrição		Quantidade (un.)	Preço com ICMS (R\$)	Preço sem ICMS (R\$)
1	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 32 polegadas LED			



2	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 42 polegadas LED			
3	Aparelho de TV (Televisor) com tela de, no mínimo, 52 polegadas LED			

LOTE 3:		Aquisição de Racks, Suporte de TV – Tipo Parede e Suporte de TV – Tipo Pedestal		
Descrição		Quantidade (un.)	Preço com ICMS (R\$)	Preço sem ICMS (R\$)
1	Rack com finalidade para equipamento de Videoconferência			
2	Rack para Televisor e Terminal de Videoconferência			
3	Suporte para TV - Parede			
4	Suporte para TV - Pedestal			

Cláusula Quarta- DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1 - LOTE 1:

4.1.1 - Os produtos/equipamentos deverão ser entregues e instalados em até **45 (quarenta e cinco dias)** dias após a assinatura do contrato, tanto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto para os municípios localizados no Interior do Estado de Minas Gerais.

4.1.2 - O prazo de instalação deve contemplar a instalação, treinamento e teste dos equipamentos adquiridos.

4.1.3 – A critério do CONTRATANTE poderá ser necessária reunião com aprovação de cronograma de execução, roteiro, prazos e metodologia dos trabalhos a serem empregados na execução dos serviços adquiridos.

4.1.4 - A execução será por conta da CONTRATADA, na forma presencial nas localidades demandadas, cabendo à CONTRATANTE a fiscalização e gestão do referido contrato.

4.2 - LOTE 2:



4.2.1 - Os produtos/equipamentos deverão ser entregues em até **45 (quarenta e cinco) dias** das assinaturas dos contratos e testados no ato da entrega, tanto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto para os municípios localizados no Interior do Estado de Minas Gerais.

4.3 - LOTE 3:

4.3.1 - Os produtos/equipamentos deverão ser entregues em até **45 (quarenta e cinco) dias** das assinaturas dos contratos e testados no ato da entrega, tanto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto para os municípios localizados no Interior do Estado de Minas Gerais.

Cláusula Quinta- DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1 O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

5.1.1 **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I e seu adendo, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

5.1.2 **Definitivamente**, após recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 dias.

5.2 Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.



5.3 Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Sexta – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 - No ato de abertura de chamado por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá os seguintes prazos para atender a solicitação e solucionar o problema:

6.1.1 - 4 (quatro) dias uteis nos municípios localizados no Interior de Minas Gerais.

6.1.2 - 2 (dois) dias uteis para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

6.2 – A CONTRATADA deverá disponibilizar contato telefônico 24 horas por dia, durante todos os dias uteis e e-mail para suporte técnico.

6.2.1 - Para o suporte técnico em videoconferência a CONTRATADA deverá disponibilizar número ISDN e endereço IP para teste e suporte técnico.

6.4 - A instalação, configuração e testes de todos os equipamentos adquiridos serão supervisionados pelo responsável da CONTRATANTE.

6.5 – A CONTRATADA deverá ministrar treinamento para os técnicos designados pela CONTRATANTE quanto à operação e configuração do equipamento.

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

5.1 -O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento definitivo e aceite do produto, pela CONTRATANTE, pelo setor financeiro dos Órgãos Participantes, devidamente atestadas



pela comissão de recebimento ou acompanhadas do Termo de Recebimento Definitivo acompanhado dos documentos fiscais.

§ 1º Como comprovante de despesa será aceito o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) ou as primeiras vias da Nota Fiscal/Fatura, conforme o caso.

§ 2º O pagamento da Nota Fiscal/ Fatura fica vinculado a previa conferência da mesma pelo gestor.

§ 3º As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

§ 4º O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante o CAGEF, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

§ 5º Na hipótese de irregularidade no CAGEF, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação perante o cadastro. O prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

Cláusula Sexta – DO REAJUSTE

6.1 Os preços são irreeajustáveis no prazo inferior a 12 (doze) meses.

Cláusula Sétima - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - A despesa com a execução deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária: < inserir nº dotação >, Natureza de Despesa: < inserir nº natureza > neste exercício financeiro, e nos exercícios subsequentes à conta da dotação correspondente.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- 8.1 Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- 8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados pela CONTRATADA, atinentes ao objeto contratual;
- 8.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- 8.4 Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, ainda que findo o prazo da contratação, nos termos da legislação aplicável;
- 8.5 Assegurar aos técnicos da CONTRATADA, sempre que necessário, o acesso às dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços relacionados com o objeto da contratação, respeitadas as normas de segurança interna da CONTRATANTE;
- 8.6 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- 8.7 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- 8.8 Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;
- 8.9 Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços.

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 - Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes desta contratação.
- 9.2 Caso admitida a subcontratação parcial dos serviços operacionais que não envolvam a gestão dos serviços e a inteligência do negócio contratado, tais como o atendimento telefônico e suporte técnico remoto e de campo.



9.2.1 contratados, para formação de rede autorizada de atendimento no interior do Estado de Minas Gerais, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais à CONTRATADA, conforme art.72 da Lei 8666/93, em sua atual redação.

9.3 - Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

9.4 - Entregar os itens nos locais indicados pelo CONTRATANTE;

9.5 - Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

9.6 - Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o contratante, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

9.7 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);

9.8 - Apresentar, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.9 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

9.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;



9.11 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

9.12 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

9.13 - Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

9.14 Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos quantitativos, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

9.15 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

9.16 - Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.

9.17 - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas;

Cláusula Décima – DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

10.1 - A CONTRATADA deverá oferecer garantia de 36 (trinta e seis) meses para os equipamentos de videoconferência e de 3 (três) meses para os serviços de instalação, contados a partir da data de término das instalações.

10.2 - A garantia para os itens referente aos Lotes 2 e 3 deverá ser de 12 (doze) meses a partir da entrega e testes dos equipamentos adquiridos.



10.3 - Em caso de o equipamento apresentar problemas ou defeitos técnicos de fabricação no prazo de 30 dias a partir da entrega, teste e entrega com instalação estes deverão ser repostos por produtos novos, salvo em caso de comprovação de mau uso.

10.4 - A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação - telefone ou e-mail - durante o prazo de garantia com o CONTRATANTE.

Cláusula Décima Primeira – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

11.1 Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados ou prepostos, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, sob sua responsabilidade, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

11.2 Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de sua responsabilidade previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

11.3 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

11.4 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

11.5 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal de sua responsabilidade, relacionadas ao objeto desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

Parágrafo Único: a inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere à CONTRATANTE a



responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual o CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

Cláusula Décima Segunda- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

12.1.1 - advertência por escrito;

12.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

12.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

12.1.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

12.1.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

12.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 26, § 1º, do Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

12.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedido sempre que o



contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

12.1.4.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

12.1.4.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

12.1.4.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

12.1.4.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

12.1.1.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

12.1.1.6 - Prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 7.1.1, 7.1.3 e 7.1.4.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos 7.1.3 e 7.1.4 do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

12.1.5 - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

12.1.6 - Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com



fulcro no Art. 24, XI, da Lei Federal nº. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para aquisição do objeto.

12.1.7 As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, aí incluído eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

Cláusula Décima Terceira - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima Quarta – DA VIGÊNCIA

14.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir de sua publicação.



Cláusula Décima Quinta - DAS ALTERAÇÕES

15.1 - O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Sexta - DA RESCISÃO

16.1 - a rescisão do Contrato poderá ser:

16.1.1 - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;

16.1.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

16.1.3 - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Cláusula Décima Sétima - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

17.2 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

Cláusula Décima Oitava - DA PUBLICAÇÃO



18.1 - A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Nona - DO FORO

19.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Belo Horizonte, de de .

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS: